

Espaços Públicos e Espaços Coletivos: Do Encontro à Esperança

Lucas Maia dos Santos

“A coragem é o desafio, o ir ao encontro do desconhecido, do novo, do diferente, do estranho. É a busca do outro. A coragem provoca a ação, a luta, o conflito. Por conseguinte, a coragem é o oposto do medo. A coragem é, metaforicamente “sair do útero”, enfrentar o mundo. A coragem permite a descoberta, a invenção, a ousadia, o conflito”

Erich Carltton

A realidade pode ser analisada segundo duas perspectivas de método: a da naturalização do existente e a da aceitação do possível. A primeira não pressupõe somente aceitar o dado como necessário ou inevitável, mas também introjetar a realidade histórica em nosso aparelho mental e analisá-la a partir dos conceitos de nossa sociedade. A segunda perspectiva, trabalhada por Ernest Bloch e Henri Lefebvre, aborda a análise da realidade, não somente a partir da realidade existente, mas de uma realidade possível, do ainda-não-existente. Bloch lança os conceitos: *utopia concreta* e o *ainda-não-consciente* e Lefebvre o *método transductivo*, cujo objeto só pode derivar de uma análise prospectiva, e *utopia experimental* para abordar esta realidade possível¹.

Será dentro desta segunda perspectiva que procuraremos analisar os espaços públicos e a construção de espaços coletivos nas áreas urbanas. Uma grande preocupação do direito, da ciência política é a distinção entre o que é público e o que é privado. Poderíamos em nossa análise partir deste pressuposto para desenvolvermos nosso raciocínio, entretanto, consideramos que ele se perde em meio aos milhares de constructos criados por nossa sociedade. Só é necessário estabelecer tal diferença, quando a apropriação privada é a lógica subjacente à totalidade das relações sociais (Vaneigen, 2002). O público remete ao “nosso”, o privado ao “meu”. O problema é que temos de analisar tais constructos, não a partir do prisma do indivíduo, mas sim das cisões fundamentais que estruturam nossa sociedade, ou seja, às fraturas de interesses de classes e frações de classes.

O “nosso” converte-se como apropriação privada das classes possidentes e estas por possuírem o poder econômico, técnico, político e simbólico, portanto hegemonomizam as demais classes, são na realidade o único público verdadeiro. O privado, ou seja, a apropriação privada, apresenta-se às classes submetidas como uma ausência ou carência. Falta-lhes o poder que pertence às outras classes. Entretanto, e é isto que gera toda a confusão, quando analisados do prisma do indivíduo, o privado é o

¹ Para os conceitos elaborados por Bloch, remetemos o leitor a Borghelo (1993), para os de Lefebvre, a (Lefebvre, 2002)

“meu”, ou seja, meu carro, minha casa, meu tênis e o público é a rua, as praças, as instituições estatais etc. Deste modo, é fácil justificar para alguém que mora de aluguel, que aquele imóvel não lhe pertence, que não é “dele”, pois é apropriação privada de outro. E que ele não pode ocupar uma área pública, pois ela é o “nosso” e não o “meu”. Isto revela que os constructos de público e privado servem para justificar as relações de apropriação privada, fulcro essencial de nossa organização social.

Por isto, consideramos mais adequados os conceitos de estado e sociedade civil. Tais conceitos, elaborados por Hegel e poucas vezes utilizados por Marx, expressam simplesmente duas maneiras pelas quais se apresenta a realidade social. Ou é o estado², realização da idéia segundo Hegel, ou é tudo aquilo que não pertence ao estado, a sociedade civil. Esta é composta pelas empresas, partidos, sindicatos, família etc.

Seguindo este eixo de raciocínio, os espaços públicos são aqueles cujo domínio é exclusivo do estado? Esta é uma questão tentadora e que pode levar os espíritos mais preguiçosos a responder positivamente. Entretanto, a realidade é um pouco mais complexa. (Lefebvre, 2001) faz uma distinção fundamental entre *espaço abstrato* e *espaço social*, o primeiro é o espaço do plano pensado e materializado pela instituição estatal e pelas empresas corporativas, é o espaço pensado e organizado pelas classes dominantes para se manterem como tal. É o zoneamento, a construção de bairros operários, da burguesia, de zonas industriais, de periferias degradadas, de condomínios horizontais fechados etc. Espaço abstrato não quer dizer, nestes termos, que não tenha existência concreta, mas sim que é o espaço construído pelo e para o poder.

O espaço social, contrariamente, refere-se ao espaço de todos e de cada um, de todas as classes, grupos, indivíduos. É o espaço da vida cotidiana ou da cotidianidade como componente espacial. É a vida realizando-se, pois não há realidade social que não seja espacial (Gottdiener, 1997), enfim, é o espaço de perto, de minha realização, sem o qual não posso existir.

Nesta forma de entender as coisas, o que usualmente chamamos espaço público é na realidade a materialização do espaço abstrato da instituição estatal e das organizações dominantes da sociedade civil. As praças planejadas, os *shopping centers*, escolas, universidades etc. são lugares organizados para reproduzir determinadas relações sociais, determinados valores, formas específicas de socialização. São enfim, o *locus* do poder.

As praças, em alguns casos, são ícones de poder, principalmente aquelas nas quais estão sediadas os monumentos da administração estatal. Os *shoppings* representam nada mais do que a organização pelo capital de nossos espaços de lazeres, de nossos espaços costuradores de amizade e socialização. As escolas, universidades... são os espaços perfeitos para a estruturação de personalidades obedientes ou autoritárias, visto que a burocracia, a disciplina, respeito à autoridade e hierarquia são pilares que estruturam estes espaços institucionais.

Os espaços públicos são também apropriados pelo mundo da mercadoria,

² Para uma análise da instituição estatal cf.: Viana (2003); Lojkin (1997); Bernardo (1977; 1991; 2000).

constituindo eles próprios *formas-mercadorias*. A indústria turística é especializada em apropriá-los. (Carlos, 1996), abordando a apropriação turística dos lugares demonstra:

Os city-tours (...) realizam as imagens vendidas pela publicidade: Paris e a Torre Eiffel, Roma e o Coliseu, Nova York (que na realidade é Manhattan) e os Tuwins ou o Central Park, Londres e o Big Bem, Los Angeles com seus bulevares e a Universal Studios, Buenos Aires e a Plaza de Mayo, Rio de Janeiro e Copa Cabana etc. (Carlos, 1996, p.124)

Ou seja, as relações necessárias à produção das mercadorias, antes restrita ao interior das fábricas, invadem agora a totalidade da vida (Debord, 1997), abrange todos os espaços. Enfim, os espaços públicos, da maneira como o estamos entendendo, são a materialização do espaço abstrato, do reino da mercadoria, do despotismo simbólico, da mercantilização e burocratização da vida.

Entretanto, o espaço social, aquele do cotidiano, imediatamente trata de sobrepor-se ao abstrato e ambos coexistem num conflito permanente. Na praça sede dos monumentos do poder, superpõem-se pontos de encontro e sociabilidade que fogem às teias das organizações dominantes: estado e corporações. Por mais que elas não desejem, a dinâmica da cidade impõe. O movimento do urbano implica a co-existência, o burburinho, o encontro. É inevitável. Entretanto, há espaços que são produzidos e controlados para não serem ocupados por outros além daqueles para os quais foram construídos, cuja própria arquitetura, às vezes, induz à separação (vide a explanada dos ministérios em Brasília, por exemplo) ou o controle vigilante, como nos quartéis, impede o acesso de todos.

Nos lugares onde os monumentos do poder não estão presentes, também os espaços social e abstrato estão em relação, não no sentido do controle, da disciplina, do exercício do poder, mas em sua co-existência, ou seja, há espaços que são criados para serem consumidos e para serem *locus* de consumo. É este, por exemplo, o caso dos *shopping centers*, é a co-existência necessária. Como o próprio Lefebvre já havia identificado, há na sociedade capitalista a hegemonia do espaço abstrato sobre o social. Deste modo, as sociabilidades criadas em tais praças, em tais *shoppings* são indispensáveis ao espaço abstrato, ao espaço público. São por ele desejáveis, pois é condição de sua reprodução. Não há sentido um *shopping* no qual não haja pessoas circulando, conversando, encontrando-se (consumindo espaço) e fazendo compras (consumindo no espaço). Também uma praça onde não haja crianças brincando, pessoas circulando para lá e para cá é completamente desprovida de sentido. Também uma praça, um bosque, etc. podem ser consumidos de várias maneiras. Um bosque pode ser um local de caminhada de manhã e à tarde; à noite pode ser ponto de encontro de prostitutas, michês, etc. Uma rua, em um determinado dia e hora da semana, deixa de ser *habitat* de máquinas para se tornar uma feira. Uma praça pode durante o período da tarde ser local de socialização de crianças, idosos, etc. e à noite, ponto de encontro de tribos urbanas³.

Em síntese, retomando o que discutimos até o momento, espaço público é o locus produzido pelo estado e pelas organizações hegemônicas da sociedade civil, sendo

³ Sobre esta possibilidade de múltiplas territorialidades cf. (Souza, 1995).

o lugar tanto do exercício do poder, quanto da socialização inevitável gerada pelo espaço social. Deste modo, permeados um no outro, espaço social e espaço abstrato enfonham-se conformando o espaço público, o qual é hegemonizado pelo espaço abstrato. Nesta perspectiva, é muito profícua a análise feita por (Cavalcanti, 2004) segundo a qual,

A cidade vista dessa forma é uma expressão da complexidade e da diversidade da experiência humana, da história humana. As cidades, em suas várias configurações, são arranjos que vão sendo produzidos para que seus habitantes – diferentes grupos, diferentes culturas, diferentes condições sociais – possam praticar a vida em comum, compartilhando nesses arranjos desejos, necessidades, problemas cotidianos. Elas se formam na e pela diversidade dos grupos que nelas vivem. Elas são o espaço da vida coletiva, pública. São, em si mesmas, um espaço público (Cavalcanti, 2004, p. 152).

A cidade é sim um espaço público. É o locus da co-existência dos espaços abstrato e social. Do planejamento e da convivência social cotidiana. Da ordem próxima e da ordem distante (Lefebvre, 2002), do estado e das indústrias, dos movimentos sociais e dos mendigos, enfim, da heterogeneidade de grupos, classes e interesses.

Entretanto, os conceitos de espaço abstrato e social, bem como o de espaço público expressam somente a realidade posta por nossa sociedade, são a materialização e realização das relações e instituições burguesas. Assim, para colocarmos em prática o método exposto no início, temos de imaginar o possível, de pensar o movimento. Temos de utilizar como princípio de método a utopia concreta de Ernest Bloch ou a utopia experimental de Lefebvre.

Deste modo, acrescentamos aos conceitos de espaço abstrato, social e público, o *espaço coletivo*. A utopia concreta e a experimental significam pensar o possível a partir do existente, ver o movimento de dissolução do *status quo*. Instrumentalizam o pensamento com categorias do ainda-não-existente. Em síntese, *O Princípio Esperança* de Bloch é a realização nos mecanismos mentais das possibilidades postas, pois, como diz a máxima, “o pensamento deve buscar o real, da mesma forma que o real deve caminhar para o pensamento”.

O espaço coletivo é a negação do espaço público, ambos não podem coexistir. Para pensarmos o espaço coletivo, temos de analisá-lo em três níveis: a) como um movimento, b) como um projeto consumado e c) como um conceito. Fique claro desde já que não se trata de três níveis separados, mas de três facetas de um mesmo processo. A distinção é somente didática, é a forma de exposição.

Como um movimento, os espaços coletivos surgem quando os espaços públicos são refuncionalizados, quando passam a ser o momento da busca de novas relações sociais. Quando são o palco e o objeto da luta. Veja, por exemplo, a derrubada da Coluna *Vedôme*, na *Place Vedôme*, em Paris no período da Comuna de 1871. Ato simbólico que significava a construção de um espaço coletivo. Os símbolos do poder, bem como os sujeitos sociais imbuídos dele foram expulsos do novo espaço que estava em construção. A tomada de Paris, a ocupação da *Place Vedôme* e a derrubada planejada (com plano de engenharia inclusive) de Napoleão 1º (a referida coluna) é um

exemplo clássico de um movimento de criação de um espaço coletivo cujos objetivos são a constituição de novas relações sociais. E após a vitória da burguesia, sobre os cadáveres de mais de trinta mil *comunards*, um de seus primeiros atos foi “reerguer esse enorme bastão, símbolo de sua soberania” (Lissagaray, 1991, p. 221).

Exemplos como este podemos citar muitos. A ocupação do estaleiro pelos Marinheiros de Kronstadt em 1921 (Arvon, 1984), a criação dos conselhos na Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939, principalmente na Região da Cataluña, as barricadas de rua em Paris e a ocupação da Sorbonne em 1968, as acontecimentos de Seattle em 1994 nos Estados Unidos, as manifestações contra o G8 em Gênova em 2002, no qual mais de 200 mil jovens de quase todas as partes do mundo se reuniram em mega-manifestações de rua, atualmente, nestes dias que correm⁴, a criação da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca, no México, movimento que se reúne basicamente na praça da capital do estado de Oaxaca, etc. Todos estes movimentos e inúmeros outros aqui omitidos, demonstram que a criação de espaços coletivos são algo recorrente na história do capitalismo, que o espaço coletivo é de luta e esperança, que ele surge em momentos de contestação da sociedade capitalista, pois os outros espaços são para sua reprodução. Enfim, são a realização geográfica daquilo que (Marx e Engels, 2002) definiram como comunismo, ou seja, o movimento real da sociedade que abole o atual estado de coisas.

Na segunda forma de conceber os espaços coletivos, como projeto consumado, a especulação é o método adequado. Falar do ainda-não-existente é algo quase impossível, pois só podemos defini-lo por meio do existente. Entretanto, este fato não impede de lançarmos algumas idéias gerais. Porém somente em cada caso particular, em cada cidade específica, em cada país determinado será possível estabelecer as linhas mestras sobre as quais serão construídos os espaços coletivos. Deste modo, se em nossa sociedade, a hegemonia é do espaço abstrato, na organização social cujo projeto já está consumado (sociedade comunista, anarquista, socialista, dê lá o nome que se queira, eu prefiro autogerida) o espaço social será o essencial. Se aqui os espaços são valores de troca, lá serão valores de uso. Se na sociedade capitalista, os espaços são zoneados, hierarquizados, na sociedade autogerida, serão solidários etc.

Por último, os espaços coletivos como conceito. Nesta perspectiva, devemos conceber a criação destes espaços sob dois olhares: eles são destrutivos e construtivos. Não de maneira linear, ou seja, destrutivo primeiro e construtivo depois, mas ambos simultaneamente. Os espaços coletivos são a destruição dos espaços públicos. São a aniquilação dos ambientes criados para a reprodução ordenada de nossa sociedade e são simultaneamente a construção dos ambientes vindouros. Para plagiar os o velho anarquista Mikhail Bakunin são a “destruição criadora”. Assim, os espaços coletivos quando apreendidos pelo pensamento, expressam tanto uma realidade existente, sua face destrutiva, quanto uma ainda-não-existente, mas em construção, sua face criativa.

⁴ Refiro-me aqui às manifestações que ocorrem desde maio de 2006 no México. Inicialmente uma greve de professores que, no decorrer dos acontecimentos, expandiu-se para outros segmentos da sociedade como indígenas, camponeses etc. conformando o que atualmente chama-se Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca. Para maiores informações sobre estes acontecimentos. cf.: <http://www.midiaindependente.org>

Referências Bibliográficas

- ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BERNARDO, João. *Marx Crítico de Marx: Livro Primeiro: Epistemologia, Classes Sociais e Tecnologia em O Capital*. Tomo III. Porto: Afrontamento, 1977.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores: Ainda Há Lugar para os Sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BORGHELO, Ugo. *Bloch: O Materialismo e Esperança*. Revista Ruptura. Goiânia. Ano 1, n. 1, p. 19-20, maio 1993.
- CASTRO, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Cidade, Cidadania e Cultura Urbana: Espaços Públicos Enquanto espaços de Cidadania de Jovens em Áreas Urbanas de Goiânia. Ciência Geográfica*. Bauru. x - v. x - (2). p. 151-156, Maio/agosto 2004.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo; Ensaio, 1991.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORREA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- VAINENGEM, Raoul. *Banalidades Básicas*. In: *Situacionista: Teoria e Prática da Revolução*. São Paulo: Conrad Editora Brasil, 2002.
- VIANA, Nildo. *Estado Democracia e Cidadania: a Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

Lucas Maia dos Santos

Geógrafo e Mestrando em Geografia pela UFG –Universidade Federal de Goiás.